

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 63 / XV / 2.^a SL

Aos doze dias do mês de outubro de 2023, pelas catorze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Informações Gerais.
2. Distribuição e nomeação de relator para a [Proposta de Lei n.º 109/XV/2.^a](#) – Orçamento do Estado para 2024.
3. Apresentação, discussão e votação do parecer referente à [Proposta de Resolução n.º 17/XV/1.^a \(GOV\)](#) - Adota medidas transitórias, relativas à prorrogação da aplicação das disposições do Acordo de Parceria entre os Estados ACP-UE.
4. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 460/XV/2.^a \(CH\)](#) - De pesar pelas vítimas do bárbaro ataque do Hamas a Israel
5. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 462/XV/2.^a \(PSD\)](#) - De condenação pelos ataques terroristas do Hamas contra Israel
6. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 464/XV/2.^a \(IL\)](#) - De condenação da ofensiva terrorista do Hamas à população Israelita
7. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 468/XV/2.^a \(GPA Portugal-Israel\)](#) - De pesar por todas as vítimas resultantes dos ataques terroristas do Hamas contra Israel
8. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 463/XV/2.^a \(IL\)](#) - De congratulação pela atribuição do Prémio Nobel da Paz 2023 a Narges Mohammadi
9. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 466/XV/2.^a \(PS\)](#) - De condenação pelos atos de intolerância religiosa praticados no Paquistão
10. Votação do [Projeto de Voto n.º 412/XV/1.^a \(CH\)](#) - De condenação aos ataques perpetrados contra a minoria cristã no Paquistão.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
63 / XV / 2.ª SL**

11. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 467/XV/2.ª \(PS\)](#) - De solidariedade com a população arménia, na sequência da ofensiva militar sobre o Nagorno-Karabakh
12. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 468/XV/2.ª \(GPA Portugal-Israel\)](#) - De pesar por todas as vítimas resultantes dos ataques terroristas do Hamas contra Israel
13. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 470/XV/2.ª \(BE\)](#) - De condenação dos ataques militares a populações civis na Palestina e em Israel
14. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 471/XV/2.ª \(PCP\)](#) - De pesar pelas vítimas da atual escalada de violência na Palestina e em Israel e de 75 anos de política de ocupação e de violação do direito internacional por parte de Israel
15. Outros assuntos

_____ // _____

Iniciada a sessão e não existindo Informações a prestar, o Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto que dirigiu os trabalhos, começou por discutir, pela sua atualidade, a matéria relativa aos Projetos de Voto cujo objeto se relacionava com a situação em Israel, tendo identificado dois grupos com abordagem diferenciada: um primeiro, constante dos Pontos 4. a 7., cuja abordagem se centra no pesar e condenação pelos atos terroristas do Hamas a Israel. E um segundo, nos Pontos 8. e 9., com uma abordagem mais abrangente e relativamente diferenciada.

Referiu o Presidente que à cerca de uma hora antes do início da reunião, havia baixado um outro voto apresentado pelo DURP do Livre (PJV n.º 474/XV), relacionado com a mesma temática, tendo sugerido a sua consideração na presente discussão, atenta a identidade e a oportunidade verificadas.

Tendo a sugestão sido unanimemente aceite pelos Deputados presentes e na presença do DURP do Livre, a discussão iniciou-se tendo por base os projetos de CH, PSD, IL, GPA e L, procedendo-se à respetiva apresentação. Sugeriu o Presidente da Mesa a

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 63 / XV / 2.^a SL

possibilidade de se tentar consensualizar um texto alternativo da Comissão, tendo por base a redação originária do PJV do Grupo Parlamentar de Amizade (GPA) Portugal-Israel, por ser o mais curto, direto e conciso. Relembrou que, embora seja tradição da Comissão tentar formular projetos consensuais o mais abrangentes possível, tal não significa que a sua aprovação esteja dependente da regra da unanimidade. Em face da concordância de todos os Deputados quanto a esta metodologia, passou-se à discussão onde intervieram, sucessivamente, os Deputados:

Francisco César (PS) para sinalizar faltar naquele texto uma referência à proporcionalidade que Israel deveria salvaguardar no exercício do seu direito à autodefesa, referência que poderia facilmente ser aditada ao texto de referência do GPA, fórmula que até existia já no projeto do L. Paralelamente, referiu que deveria ser igualmente aditada uma referência à questão do respeito pelo Direito Internacional. Adiantou, ainda, que os Projetos de PCP e BE eram, em face das circunstâncias, demasiado parciais, até nos seus considerandos. Por conseguinte, caso fossem retirados os restantes Projetos, referiu estar de acordo com a sugestão do Presidente.

Alexandre Poço (PSD) para referir que em face do proposto, o PSD aceitaria retirar o seu Projeto de forma a trabalhar uma versão consensualizada em Comissão.

Pedro Pinto (CH) para manifestar a sua concordância quanto à existência de um voto comum, caso em que prescindiria do seu.

Rodrigo Saraiva (IL) para manifestar abertura à consensualização de um voto comum, caso em que prescindiria do seu.

José Soeiro (BE) para referir que a posição do BE dependeria de saber se existe margem para que no texto a produzir pudesse constar o parágrafo terceiro do Projeto do L.

Bruno Dias (PCP) que começou por separar o conteúdo político dos textos e da discussão, da questão da metodologia. Conhecendo que a existência de um Voto da Comissão não depende da regra da unanimidade, o PCP sempre procurou buscar condições para adesão a consensos. Pediu que não fosse esquecido o facto de estarem pessoas a morrer. Porém, referiu que no entendimento do PCP, o Projeto do GPA não possui condições para ser considerado como base de trabalho, nos termos sugeridos.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 63 / XV / 2.^a SL

Rui Tavares (L) para referir que a posição do PCP inviabiliza a sua participação no esforço de consensualização, inviabilizando uma posição de princípio contra o terrorismo do Hamas.

Cláudia Santos (PS), para manifestar a necessidade de defender um texto que condene qualquer tipo de violência, sendo favorável a um esforço no sentido da elaboração de um texto comum.

Alexandre Poço (PSD) que lembrou que o texto do GPA já constitui um esforço de três grupos parlamentares e que poderia acolher alguma da matéria constante do texto apresentado pelo L.

Interveio o Presidente da Mesa lembrando a necessidade de adotar um texto que dignifique a posição do Parlamento enquanto órgão de soberania e de proceder à votação dos projetos de BE e PCP, dada a discrepância de teor e de orientação geral em face dos demais.

Assim, foram sucessivamente submetidos a votação os seguintes PJV:

n.º 470/XV (BE), que foi rejeitado, com votos a favor de BE, PCP e da Deputada Cláudia Santos (PS); e votos contra dos restantes Partidos.

n.º 471/XV (PCP), que foi rejeitado, com votos a favor de BE, PCP e da Deputada Cláudia Santos (PS); e votos contra dos restantes Partidos.

O Deputado José Soeiro (BE) que tendo em vista a elaboração de um texto comum requereu que os diferentes parágrafos do Projeto do GPA fossem votados individualmente, dado não concordar com o seu parágrafo 3.

Aprovada a sugestão, o Presidente da Mesa colocou a votação, em separado, dos pontos 1, 2 e 4, o quais foram aprovados por maioria dos Deputados presentes, com a abstenção do PCP; e o ponto 3, igualmente aprovado por maioria, com voto contra de BE e abstenção do PCP.

De seguida, seguindo a mesma metodologia e finalidade, foi submetido a votação um primeiro bloco do PJV n.º 474/XV (L), contendo os seus parágrafos 1 a 3, que foram aprovados com votos favoráveis de PS, PSD, IL, BE e L, com abstenção de CH e PCP. O parágrafo 4, votado separadamente, foi igualmente aprovado com votos favoráveis de PS, IL, PCP, BE e L, com abstenção de PSD e CH.

Interveio o Deputado Alexandre Poço para solicitar que o projeto de texto comum, uma vez redigido nos termos apurados nesta reunião, pudesse ser lido e votado em Plenário.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
63 / XV / 2.^a SL**

O Presidente da Mesa interveio para clarificar que o sentido do texto deve salvaguardar o direito de legítima defesa de Israel proporcional à aplicação do Direito Humanitário Internacional no que concerne à salvaguarda dos direitos dos civis e das crianças e outros inocentes. Deverá ser trabalhada uma versão final que será votada amanhã em Plenário, num sentido condizente com as matérias que foram aprovadas, sendo o texto final distribuído previamente à sua apreciação em Plenário.

O Deputado Bruno Dias (PCP) interveio para manifestar reservas acerca do teor exato do texto consensual. Não estão em causa adiamentos ou impugnações, mas apenas a dificuldade em pronunciar-se acerca de um texto que não existe.

O Deputado José Soeiro (BE) interveio para referir que a posição do BE, na mesma linha do anteriormente referido, não atenta contra a boa-fé de ninguém, apenas pretende garantir que a sua posição tenha por base um texto previamente existente, cuja elaboração será previsivelmente complexa, dada a necessidade de fundir todos os pontos aprovados de dois diferentes projetos.

Finalmente, o Presidente da Mesa lembrou que existe uma prática tradicional da Comissão quanto à elaboração de textos que reflitam consensos, baseados em critérios de confiança institucional. Mais informou que, em face da hora, os restantes pontos da agenda transitarão para a próxima reunião.

_____ // _____

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Comissão deu a reunião por encerrada pelas catorze horas e cinquenta e nove minutos, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
63 / XV / 2.^a SL**

Palácio de São Bento, 12 de outubro de 2023.

O PRESIDENTE

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 63 / XV / 2.ª SL

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
Cláudia Santos (PS)
Francisco César (PS)
Gil Costa (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
João Montenegro (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Rodrigo Saraiva (IL)
Bruno Dias (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Maria João Castro (PS)
Susana Correia (PS)
Bruno Coimbra (PSD)
João Dias Coelho (PSD)
Alexandre Poço (PSD)
Pedro Pinto (CH)
Rui Tavares (L)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves (PS)
João Azevedo (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Francisco Pimentel (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Paulo Pisco (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Isabel Meireles (PSD)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
63 / XV / 2.^a SL**

Nuno Carvalho (PSD)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 21 de novembro de 2023